

do foad; a digitalização, todos tem a sua importância. A presidente agradeceu a presença de todos e deu-se por encerrado a reunião.

Cláudia Alpitto Menezes

Regina Maria de Faria e Paula Afonso

Januária Araújo

Campanha

Evandro Allison A. de Oliveira

Em 31 de maio de 2023 deu-se início a reunião do Conselho Municipal de Previdência, no Auditório do Secretariado de Planejamento, alguns pontos foram apresentados, tem quórum, família como presidente representado o RPPS, Colleen representando os servidores ativos, Claudir representando os servidores inativos e a Banca suplenente, contamos com mais de três membros do Conselho, agradeceu a presença de vocês e participação. Nos próximos teremos a apresentação dos relatórios de controle interno, apresentação dos pareceres, que foi animado com a aprovação da prestação de contas do exercício financeiro de 2022, no ano anterior não tivemos essa prática pois a orientação não foi essa, mas foi feito esse parecer que está disponibilizado no site do Instituto de Previdência no aba governança e o Relatório de controle interno também que foi apresentado na ocasião está também disponível no site se alguém tiver interesse tem todas as áreas, todos os pontos desde a parte atuarial, compensação previdenciária, investimentos, execução orçamentária e financeira da unidade gestora, execução orçamentária e financeira dos benefícios do plano financeiro e plano previdenciário a evolução da folha de pagamento, está lá disponível. A dois meses executamos o Instituto de

Previdência em uma premiação da Associação Brasileira de Regimes Próprios da ABIPEM, nós fomos classificados, a premiação era relativa a distâncias de investimentos, nós fomos classificados, apesar de que estávamos com problemas no site e alguns examinadores zeraram a nossa pontuação por que eles não conseguiram acessar o site, não ficamos nos primeiras colocações, mais é motivo de orgulho, quando analisamos a previdência estamos com diversos problemas, inclusive com relação a transparência no exatidão site com todas essas informações e hoje estas disponibilizadas relatórios mensais, bimestrais, semestrais e anuais do evolução patrimonial do recurso que pertence ao servidor, tanto do plano financeiro como do plano previdenciário, e essa premiação vai ocorrer nos dias 14, 15, e 16 do mês de junho em São do Iguaçu, estamos com problema de licitação de passagens aérea num primeiro momento deu fracasso, acabamos o prazo e conseguimos firmar esse contrato, vamos representar o Instituto para receber essa premiação. Outro ponto é sobre esse projeto que passamos a desenvolver em 2023, estamos transformando as reuniões de conselhos em reuniões temáticas percebemos a dificuldade que os conselheiros têm de compreender algumas coisas que têm no Instituto que têm no RPPS e que eles não podem estar sempre se deslocando para ir para capacitações e cursos fora do município, em parceria com as novas entidades, nós estamos convidando para que elas comparem para falar um pouco de cada um dos pontos de interesse dos RPPS, hoje os técnicos da ARIMA vão apresentar os demonstrativos que chancelam o novo Certificado de Regularidade Previdenciário, que é uma permissão

do Ministério que diz que o RPPS está regular perante alguns critérios, a Renata vai apresentar esses demonstrativos que nós somos obrigados a enciar mensalmente outros bimestralmente e anualmente. O Conselho Municipal de Precidência é um órgão deliberativo, então como alguém vai aprovar ou desaprovar qualquer coisa seja se ela não entende do que ela está analisando então a gente precisa dar essa oportunidade para que as pessoas se capacitem, já é algo tão complexo, as pessoas deixam de fazer seus trabalhos, temos duas representantes a titular e a suplente, temos que dar informações para que as pessoas possam compreender até o que é feito com os recursos do Instituto de Precidência, abrimos espaço para quem quiser se manifestar. Allison parabenizar pela preocupação de capacitar os que deliberam e agradecer por compor esse Conselho. Tamille parabéns para todos pois a premiação e para o Instituto de Precidência, estou só representando, precisamos lutar para transformar e lausar o melhor não podemos nos acomodar, o estar em destaque é o reconhecimento do trabalho em equipe. Juliana é importante saber do que se trata, só falar e a pessoa sem entender o que tá sendo repassado e de grande importância, parabéns pela iniciativa Tamille nos próximos reuniões, vou incluí-la no grupo, pois tem alguns temas que são pertinentes, pois o trabalho do RPPS é um trabalho conjunto não fazemos sozinho, precisamos da Prefeitura, da Câmara da Alterquia de Trânsito, precisamos das informações de todos os órgãos e na hora que capacitamos e trazimos o profissional que foi falar sobre o tema cada um vai começar a perceber a importância do seu trabalho, em ano

foram várias planilhas e ano passado e começo deste ano, a Claudiana é atuária e faz nossa avaliação atuarial em conjunto com o Tullio e Tiago, outra coisa importante é a gente compreender o impacto dos reajustes. Nós que trabalhamos com RPPS estamos em uma constante dinâmica se não tivermos capacitação vamos ficando para trás. Cláudia com relação à capacitação, eu era secretária de recursos, sempre falava isto, alguns falavam que estavam nos conselhos do FUNDEB, mas não paleiam e que era eu, alguns não paleiam nem o que significava a sigla. Jamais são conselhos que são peritagem, quando vai a prestação de contas de um gestor, tem que ir e que o conselho entenda da execução financeira e orçamentária, no final de 2021 eu fiz uma reunião a qual tratamos da nova prestação de contas, mais não foi da forma como foi a desse ano, vamos tentando melhorar, no Conselho que tem recursos até no RPPS imagina para administração, quando a C.E.V. foi no município que eu trabalhei eles pediram as guias, por que se estava em atraso o controle racional da folha do Fundef. é custeado com o recurso do FUNDEB se não ocorre um pagamento eu estou em aberto porque um descuido de finalização do recurso do FUNDEB, por isso o Controladoria Geral do DF não o recurso pertence a DF e repassa para os estados e municípios, nas auditorias eles exigem as comprovações e as guias, exemplo um servidor que está afastado esperando aposentadoria, não pode ficar na folha do FUNDEB, pois a lei fala que só pode custear servidor que esteja em efetivo exercício, se ele tá afastado não está em efetivo exercício. A reunião está sendo gravada para facilitar.

a elaboração da ata, tivemos orientações tanto das assessorias quanto do Ministério para elaborarmos uma ata completa, para evitar qualquer tipo de divergência, encerrado o reunião do Conselho vamos permanecer para que as técnicas apresentem o plano ERP. Renata meu nome e Renata, faz parte do LEMA consultoria, presta assessoria, tanto previdenciária como atuarial, está no mercado há 18 anos. O RPPS é o futuro do previdenciário, quem tá inativo e fruto do que aconteceu no passado e quem tá no ativo tá o que tá sendo feito hoje e para seu futuro e dos próximos previdenciários. O RPPS tem que ter esse cuidado, todas as pessoas envolvidas seja gestor, conselheiro se todos fossem concursados teriam essa preocupação, eu tá cuidando do que é meu, que caí por meu futuro, não teriam tantos problemas como nós temos nos municípios, vocês têm que ter esse conhecimento para cobrança do Instituto de Previdência independente da prefeitura, pois ela faz os repasses, questão de cobrança precisa ser esclarecida e Conselho tem suas obrigações e tempo de trabalho, seria bom ver esse quanto da capacidade dos conselheiros como oportunidade, conhecimento para futuramente cobrar, um dia caí então o próximo gestor e não sabemos como ele caí se comporta e importante a capacidade dos previdenciários para vocês saberem cobrar e argumentar tem que ter conhecimento para cobrança e o futuro de vocês. O ERP é o Certificado de Regularidade que caí informar como está sendo a gestão do RPPS, as pessoas olham e pensam que é já um documento, ele é muito importante a falta dele a Prefeitura dura de ganhar vários recursos. Muito coisas de Municípios

Com ERP, irregulares e o governo não repara recursos para construção de praças, escolas, asfalto, uma rua, então não é só um documento qualquer, ele impede do prefeito trabalhar, impede que os recursos cheguem, quando o prefeito solicita um orçamento ou um investimento para construção de uma praça ou escola, aos solicitas vários certificados e um deles é a ERP, para saber se está regular em relação a parte previdenciária. A ERP é fornecida pelo Ministério da Previdência, por sistema informatizado, ela contém uma numeração única, com validade de 180 dias, a cada 6 meses eles fazem uma análise para saber se o ERP vai ser emitido ou não, a ERP será cancelada com reforma da decisão judicial que fundamentou sua emissão incluída, se tiver algum critério que foi feito a exemplo a prefeitura pagou o patrocínio total, no cancelado não foi mais eu vou informar aqui só para poder tirar o ERP se isso for constatado pode ser cancelada na hora a ERP vai ter que esperar mais 6 meses para poder regularizar. Pode ser fornecido um certificado específico para cumprimento de decisão judicial. devokará e manterá um sistema no CADPREV e poderá emitir a ERP quando tiver situação de regularidade a depender de adequação das funcionalidades do CADPREV, como dependê de um sistema até tem um particularidade, vou mostrar um extrato de regularidade, se tiver uma petição, ela não vai impedir a renovação por que é uma irregularidade no funcionamento do CADPREV, que é o sistema que pagamos os demonstrativos. São vários quesitos que são analisados para a ERP, parte de investimentos, aplicação se tem recursos tem a parte dos repasses do DIFR

que é o demonstrativo de reparos se está reparando  
 do patronal e segurado, tá pagando os parce-  
 lamintos, se o RPPS está conseguindo pagar as  
 despesas administrativas se a prefeitura está fazendo  
 aporte, com análise todos esses requisitos para  
 saber se está apto ou não, são as informações  
 obrigatórias que o RPPS tem que passar para  
 a prefeitura e como está a gestão do RPPS, essas  
 irregularidades são do município, quando um  
 auditor for notificado vai ser ao Prefeito e não o  
 gestor, pois o RPPS depende da Prefeitura, se tiver  
 irregularidade no BAPR não é culpa do RPPS pois  
 ele recebe, a culpa é de quem paga se não tá  
 reparando o RPPS não tem culpa, os critérios  
 obrigatórios: legislação, todo mês tem legislação, porta-  
 ria diferentes, tem que se adequar termos a reforma  
 da previdência e uma norma que foi decretada e os  
 municípios tem que fazer, tem que se adequar quando  
 com uma portaria entramos em contato com o muni-  
 cípio e informamos as exigências, o RPPS tem que se  
 juntar com a câmara e conselheiros e fazer a legislação.  
 A parte do ORAA, as vezes os sindicatos vão aos meios  
 de comunicação falar que o município está com déficit  
 atuarial na previdência de não sei quantos milhões,  
 não é assim. Tem parte do OAIR que são as aplicações,  
 tem que demonstrar o que está sendo feito com o  
 dinheiro não está parado tá investido, tá sendo  
 aplicado, não tá parado. Dados contábeis, orcamenta-  
 rios e fiscais, vai passar como está a parte contábil,  
 matriz de todos contábeis que é enviado via  
 Secretário do Tesouro Nacional, mensalmente é feito  
 um relatório. Tem o OPIK que é anual, todos os anos  
 é feita a política de investimentos, tem o demonstra-

tivos de informações previdenciária e repasse. No BIPR  
casi se demonstrado ao Ministério como está sendo  
feito o repasse da prefeitura, se está pagando inte-  
gral do patronal e segurado e se está pagando os  
parcelamentos em dias, se não tiver em dias fica  
irregular e o ERP não é emitido. O repasse é muito  
importante, da forma consultoria de São Gonçalo  
do Amarante em anos anteriores, aí sim, depois teve  
muita complicação quando voltamos passamos muito  
tempo analisando pastas, guias, procurando o  
que foi pago, tinha no sistema uma coisa e na  
verdade era outra, isso é muito ruim para uma  
auditoria e pior, as pessoas acham que está fazendo  
as coisas aqui passar e ninguém está com uma  
fio na ponta, fugiu, aconteceu isso, tinha paga-  
mento no sistema mais a guia não estava paga,  
valores diferentes, datas diferentes. Para quem é come-  
lhoso, prejudica os vezes para, porque como você  
não cobra uma coisa por conhecimento. A nota  
técnica, poderá ser emitido o ERP do ente fed-  
rato que tenha submetido ao Ministério da Previden-  
cia com a finalidade de atendimento aos precatórios,  
BIPR, termos de acordos formalizados que contem-  
plam todo período dos débitos e esteja na situação  
de aguardar análise do CAE/PRV. A exemplo é  
prefeito não repassou a parte patronal educação e  
saúde e ficou irregular o município pode fazer  
um parcelamento, com o parcelamento cadastrado  
no Ministério pode ser emitido o ERP, de lá  
dizendo atrasos do termo que aquela dívida  
lá parcelada e que está pagando daqui pra frente,  
assina um termo o gestor, está uma guia para  
o banco que é obrigado para as parcelas



concisos a bloquear o FPM, se o prefeito não  
 cumpre os parcelamentos, muitos prefeitos apro-  
 veitam esse parcelamento para não pagar, mas isso  
 causa também complicações no futuro. Estendimentos  
 pelo dirigente da unidade gestor responsável pela  
 aplicação da quota dos recursos e membros dos Con-  
 selhos Deliberativos e Fiscal, Incumbimentos dos Regimes  
 Próprios ao requisito mínimo e nos parâmetros exigi-  
 dos pela lei e portaria. Além de todos os critérios,  
 também pressamos das orientações e informações  
 dos conselhos, quando vem a nota técnica a  
 gente pede ao representante do conselho para infor-  
 mar sobre as reuniões e o conselho, também tem a  
 parte do COMPREV e a parte do repasse do INSS  
 para o RPPS e RPPS com INSS é um dinheiro que  
 entra na conta do RPPS. Com isso inclusive no  
 novo relatório de controle interno existe um item  
 que a gente demonstra tudo que recebemos a  
 título de COMPREV do exercício financeiro de 2022.  
 Renata. Um novo critério é o regime de previdência  
 complementar, também um assunto interessante,  
 entrou agora no ERP por enquanto está exigindo  
 a legislação pois não tem nenhum modelo de fonte-  
 buíndio com a previdência complementar, na parte  
 da legislação já foi aprovada, tá tudo certo.  
 O cumprimento dos critérios previstos nessa portaria  
 será supervisionado pelo Ministério da Previdência,  
 mediante auditoria direta ou indireta, ou seja ter uma  
 auditoria, pode demorar, existem municípios que  
 de 6 em 6 meses acontece auditoria. Quando chega  
 a auditoria a gente precisa o que tem para  
 responder e responder. A situação do RPPS será  
 registrada no COMPREV e divulgada em extrato

previdenciário resumido disponível no endereço eletrônico do MPB. As irregularidades registradas no CADPREV são impositivas da emissão do ERP se tiver LRAA, LAIR ou LPIV irregular nos casos em que o ERP, tem que tá tudo regularizado, a não ser que o sistema do CADPREV esteja com problema. Não dispensada em relação a exercícios anteriores a 2020 o encio do LRAA. O CADPREV é o vínculo do RPPB com o Ministério do Provedor. Comille teve uma mudança na legislação em que os consultores passam a ser responsáveis, eles também respondem por alguma inconsistência e uma cadeia de responsabilidades. Apresentação do relatório no CADPREV Existe uma decisão judicial que nos garante a emissão do ERP mesmo que não tenhamos a alíquota dos 14%. Renato o ERP foi emitido em 17 de dezembro de 2022, com vigência até 15/06 de 2023, quando chegar nessa data vai fazer análise de novo para ver se está tudo regular por mais que tempo decisão judicial. Se tiver alguma irregularidade para dessa decisão judicial não emite o ERP, fazem toda análise para saber se está tudo regular se tiver por esse critério o ERP para emitido, se não vamos ter que regularizar. A parte da legislação está certa, só falta a parte da contribuição dos segurados que ainda não existe lei específica, a parte de auditoria está certa, por que a auditoria que tinha a gente já fez a resposta a defesa a parte da atuação por conta do sistema não tinha sido postado por conta dessas irregularidades mas antes do dia 15 de junho já vai tá tudo postado e as irregularidades vão sair. A informação contábil está toda certa, mensalmente e contada

esta reparando as informações. A parte do BIPR  
 esta pendente de assinatura, toda vez que se  
 fizer esse demonstrativo que é trimestral, o prefeito  
 tem que assinar por que tem um documento que tá  
 informando que aquele repasse foi feito, a unidade  
 gestor vai assinar e o prefeito, em assinatura e  
 feita no próprio sistema. A parte de investimentos  
 esta toda certa não tem nenhuma irregularidade  
 e em outras parte do procedimento complementar  
 é um critério novo. A aquisição do concórdio de  
 achados, foi feito contrato com a empresa de tecno-  
 logia que é a COMPREV. O extrato de regularidade  
 do IPTU esta ótimo em relação aos outros anos, só  
 manter continuar no mesmo caminho, mostrar  
 aos secretários a importância que esse documento  
 tem Claudiano. Foi por uma das responsáveis pelo  
 elaboração do cálculo atuarial do município, junto  
 com o Teodoro, Tiago que já atuou também, como  
 o RH esta presente que é muito importante para  
 o cálculo atuarial as informações dos servidores,  
 quando falamos do cálculo temos a tendência a  
 achar que só o instituto vai reparar as informações  
 para que o estudo seja elaborado, mais o cálculo  
 atuarial é uma previsão do futuro, saber a previsão  
 dos futuros aposentados e futuros pensionistas que são  
 atuais ativos e seus dependentes, preciso tanto da  
 informações do Instituto de Previdência que são aposenta-  
 dos e pensionistas, como preciso das informações dos  
 ativos para que consiga fazer um cálculo correto.  
 O BIA é o demonstrativo de resultados da avalia-  
 ção atuarial e enciaado todos os anos é umacom-  
 panhamento anual que o Ministério faz e tem  
 o acompanhamento mensal, o pessoal do Instituto

manda todos os meses, essa informação precisa para contabilidade também, para fazer o acompanhamento de como está o déficit atuarial, do patrimônio, acompanhamento de tudo como está a situação mês a mês do RPPS e do acompanhamento da contabilidade usam essa informação para fazer o encio deles, para não precisar de um banco de dados confiáveis, que esteja separado por planos de benefícios porque o município é segregado existem pericuidos no plano previdenciário e pericuidos no plano financeiro, tem essa divisão de planos, tanto para pericuidos ativos como inativos, nesse banco de dados contém um leque de informações, nome, matrícula, remuneração do pericuido, toda legislação atualizada vigente do município, a alíquota e obrigatório em 14%, precisa também das hipóteses atuariais que são as que se utiliza para fazer essa previsão, do consultório de investimentos, a política de investimento para ter a taxa de juros que vai ser utilizado para o ano de 2023 vai colocar o crescimento dela para os demais anos, para ter uma previsão do crescimento futuro do patrimônio, das aposentadorias e também diminuição ou aumento do déficit atuarial é necessário o patrimônio líquido que o município tem hoje, o consultório de investimentos é ligado com o setor atuarial, quando as leis não são aprovadas ou quando tem alguma coisa irregular dificulta a execução do trabalho atuarial. O ORAA de 2023 não está no e-APREV, não foi postado em virtude de uma instabilidade no sistema e não foi possível fazer o encio anterior dessa informação. Quando a gente vai o critério de regularidade tanto o ORAA quanto a MDA, que é um documento que

é um documento que a gente faz antes da avaliação atuarial que demonstra o que foi utilizado para fazer o cálculo atuarial, fórmulas, taxa, tudo isso o Ministério vem para depois analisar o cálculo atuarial. Em relação ao déficit atuarial existe um problema que às vezes não se entende o que é o déficit atuarial não tem esse conhecimento e pessoas falam coisas que não condizem com a realidade, o déficit atuarial é a soma das receitas: contribuições patronal, contribuições dos beneficiários, se tiverem contribuições suplementar e patrimônio a rentabilidade tudo que entra no RPPS, compensação previdenciária, e parcelamento, as despesas previdenciárias, todos os benefícios de aposentadoria e pensão, o déficit é a receita menos a despesa. O resultado é o déficit, quando tem avaliação atuarial são propostas para que o déficit não tenha continuidade, para que o déficit seja diminuído e até somado para que o município não tenha déficit. A consultoria atuarial e o acompanhamento mensal, apoia o instituto de previdência a fazer essas medições, participar de reuniões com o conselho, reuniões com o prefeito, quando trazemos a informação que existe déficit atuarial, também trazemos algumas soluções possíveis e ações que o instituto possa fazer. Quando falo que preciso das informações, são todos os anos político banco de dados que são informações dos beneficiários ativos e inativos, político todos os anos novos, nova legislação e bem como política de investimentos, quando faço esse cálculo obtenho resultado que vai dizer se o município está superavitário, se está em equilíbrio e o déficit atua-

rial que e quando as despesas são maiores que a receita, esse deficit é daquele momento, daquele exercício financeiro individualizado. Futuro processo matemático e a diferença entre a dívida e o que se recebe, tempo uma dívida contratada com o credidor à vencer, futuros boletos e futuras receitas, exemplo meu salário próximo mês não recebi se eu sou contratado eu tenho direito a receber, é um ativo atuarial e tempo dívidas a pagar no próximo mês, não chegou ainda o boleto, mas tempo que pagar, processo matemático é a diferença entre a minha dívida e minha receita, essa diferença é importante porque existe uma avaliação patrimonial diminuir minha dívida e diminuir meu dinheiro a receber, essa avaliação precisa ser registrada contabilmente, por isso ter que fazer a diferença nos matemáticos todos os meses para se ajustar a avaliação patrimonial da perpetua. E nada mais tendo a tratar deu-se por encerrada a reunião.

Atenciosamente  
Erandio Allison C. de Oliveira  
Julianny Maria Soares da Costa.

